

Plano de Trabalho da Subcomissão Especial da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para acompanhar e subsidiar a rota da COP 30 na Câmara dos Deputados (Subcomissão Especial da COP 30 no Brasil).

Presidência: Deputada Federal Duda Salabert

SUBCOMISSÃO **ESPECIAL** COP30

Brasília, maio de 2025

Sumário

1. Contextualização da instituição da Subcomissão Especial para acompanhar e subsidiar a rota da COP 30 na Câmara dos Deputados.....	1
2. O contexto de emergência climática e o povo brasileiro.....	3
3. Composição.....	5
4. Os objetivos do trabalho da Subcomissão.....	5
5. Os temas prioritários que devem ser trabalhados da Subcomissão são:.....	6
6. Os Projetos de Lei de prioritários desta Subcomissão.....	10
7. Tipos de instrumentos a serem utilizados na e pela Subcomissão.....	11
8. Ações propostas a serem realizadas pela Subcomissão por tipo de instrumento..	13
9. Referências bibliográficas usadas para a elaboração deste Plano de Trabalho....	15

1. Contextualização da instituição da Subcomissão Especial para acompanhar e subsidiar a rota da COP 30 na Câmara dos Deputados.

A Conferência Mundial do Clima (COP) será realizada no Brasil em 2025 e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possui papel estratégico de representação do Legislativo Federal na preparação, na realização da COP e nos diversos encaminhamentos necessários que dela sairão.

A COP 30 ocorrerá no momento de ápice da crise climática global, com o Planeta ultrapassando pela primeira vez o limite de 1,5°C após o período pré-industrial. O Brasil tem grande responsabilidade em liderar acordos globais para a implementação e financiamento de medidas urgentes que estabeleçam metas de redução de emissões e mudança na matriz energética. Os Poderes da

Deputada Federal Duda Salabert: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 840 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5840 – E-mail: dep.dudasalabert@camara.leg.br |
Deputado Federal Túlio Gadêlha: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 360 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5360 – E-mail: dep.tuliogadilha@camara.leg.br

República possuem responsabilidades e atribuições no papel de liderança do Brasil na Conferência em Belém, portanto, a comissão temática pertinente ao tema, a CMADS, tem o dever de responder a este desafio de cumprir o papel do Legislativo federal em contribuir para o sucesso da COP 30.

Segundo o Governo Federal¹, os principais temas da Conferência incluirão: (i) redução, ou mitigação, das emissões de gases de efeito estufa; (ii) adaptação às mudanças climáticas; (iii) financiamento climático para países do Sul Global; (iv) tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono; (v) preservação de florestas e biodiversidade; e (vi) justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas.

De maneira mais específica, a presidência brasileira da COP 30 tem concentrado seus esforços em três frentes estratégicas: o fortalecimento do multilateralismo; o início de uma nova década de implementação de compromissos; e um mutirão global pelo enfrentamento da crise climática. Além disso, pretende-se que a conferência aborde as desigualdades sociais e econômicas, garantindo que as políticas climáticas contribuam para a inclusão e o desenvolvimento sustentável das comunidades mais vulneráveis.

Destaca-se os quatro pilares da COP 30, elencados pela Presidência da Conferência: (i) as negociações formais entre países; (ii) uma agenda de ação que envolve o setor privado e a academia; (iii) a cúpula de chefes de Estado; (iv) mobilização pública.

Por fim, o governo brasileiro tem enfatizado que a COP 30 será a "COP da implementação" e nós, no Parlamento, cobraremos tais resultados, haja vista a importância da enérgica, robusta e imediata Ação Climática - já considerando que a

¹ <https://www.gov.br/mdr/cop30/perguntas-frequentes/quais-sao-os-principais-temas>. Acesso em 26 de abril de 2025.

inação das últimas décadas terão consequências caras à vida e à dignidade das pessoas, às economias nacionais e subnacionais e, quem sabe, em esfera internacional, com eventuais conflitos entre Estados.

2. O contexto de emergência climática e o povo brasileiro

Nos últimos anos, o Brasil tem assistido, incrédulo, aos horrores que as consequências das mudanças climáticas têm na vida cotidiana dos brasileiros e brasileiras, em especial os mais pobres. Secas, cada vez mais severas, trouxeram para a população do centro urbano mais populoso do Norte do país, Manaus, dias de terror. Crianças, jovens, adultos e idosos sem água. O povo sem rio para navegar, pescar. No Nordeste, em 2022, Pernambuco ficou debaixo d'água, com mais de 120 pessoas mortas. Norte, Centro-Oeste e Nordeste com novas áreas de seca, impactando diretamente a produção de alimentos no país, assim como a chuva no Rio Grande do Sul afetará a produção do arroz no Brasil.

Nove a cada 10 brasileiros, ou 90% da população do país, acham que sofrerão impactos das consequências das mudanças climáticas em sua vida pessoal. Estes dados são de pesquisa da DataFolha, divulgada em abril de 2023, antes das fortes chuvas no Rio Grande do Sul e da seca histórica em Manaus e região.

Pesquisa do Banco Europeu de Investimentos em maio de 2023² traçou um panorama geral sobre a percepção da população de 13 países latinos e caribenhos sobre as mudanças climáticas. No Brasil, 90% da população acredita que as mudanças climáticas afetam suas vidas cotidianas e 83% concorda com medidas governamentais mais rígidas que obriguem as pessoas a adotar um comportamento favorável ao clima. Estes dados, somados aos de outras pesquisas, indicam que o

² <https://www.eib.org/en/surveys/climate-survey/6th-climate-survey/latam?lang=es>. Acesso em 24 de abril de 2025.

povo brasileiro está disposto a enfrentar a crise climática e tem medo dela. O medo é justificável: perde-se vidas, famílias, laços, histórias, prédios, bairros, ruas, cidades, recursos públicos - pagos pelo povo brasileiro. Mas...O que fazer? Como se preparar para evitar tais tragédias?

Em dezembro de 2023, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria indicou que 91% dos brasileiros consideram grave ou gravíssimo os efeitos das mudanças climáticas em suas vidas. Todo esse cenário de emergência e ebulição global não está passando despercebido à população brasileira, o que nos leva à necessidade de agir. E já. Esse é um dos fundamentos para a existência desta Subcomissão.

Como mostra o Estudo Técnico do Observatório dos Desastres Naturais³, da Confederação Nacional de Municípios, desastres naturais causaram, na última década, um prejuízo estimável de R\$ 401,3 bilhões em todo o Brasil. Isso é o equivalente a 26 vezes o orçamento de Belo Horizonte, uma cidade com 2,3 milhões de pessoas. Ou seja, as mudanças do clima são, também, uma questão econômica na qual o povo pagará a conta, se não agirmos para evitar que tais problemas sejam maiores do que podem ser. E se há conta a ser paga, sabemos a quem ela custará mais: ao povo mais pobre do nosso país, aos trabalhadores e trabalhadoras, aos jovens que estão entrando e entrarão no mercado de trabalho.

Visto que sabemos o que acontecerá, onde acontecerá, com quem acontecerá e há alguma previsibilidade sobre quando acontecerá, o PL tem como plano de fundo uma visão comum: nenhuma vida pode ser perdida em decorrência das mudanças climáticas no país e usa o planejamento e a gestão para tal, além da tipificação do negacionismo e da inação como crime ambiental.

3

https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Defesa%20Civil_03-2023_Estudo%20T%C3%A9cnico_Danos%20e%20Preju%C3%ADzos%20causados%20por%20desastres_2013%20a%202023.pdf

Deputada Federal Duda Salabert: Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 840 - CEP 70160-900 - Brasília - DF - Telefone: (61) 3215-5840 - E-mail: dep.dudasalabert@camara.leg.br |
Deputado Federal Túlio Gadêlha: Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 360 - CEP 70160-900 - Brasília - DF - Telefone: (61) 3215-5360 - E-mail: dep.tuliogadilha@camara.leg.br

3. Composição

O quadro 1 apresenta a composição da Subcomissão Especial da COP 30 no Brasil, que se deu por acordo entre os Deputados(as) e por ordem de solicitação para participação da mesma.

Quadro 1 - Composição Subcomissão Espescial da COP 30

Presidenta: Duda Salabert	
Relator: Túlio Gadêlha	
Titulares	Suplentes
Duda Salabert (PDT/MG)	Camila Jara (PT/MS)
Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Tabata Amaral (PSB/SP)
Ivan Valente (PSOL/SP)	Pedro Aihara (PRD/MG)
Bandeira de Mello (PSB/RJ)	Dilvanda Faro (PT/PA)
Socorro Neri (PP/AC)	Junio Amaral (PL/MG)
Chico Alencar (PSOL/RJ)	Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
Coronel Chrisóstomo (PL/RO)	Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)
Nilto Tatto (PT/SP)	Amom Mandel (CIDADANIA/AM)

Fonte: Consultoria Técnica | CMADS.

4. Os objetivos do trabalho da Subcomissão

Objetivo Geral: facilitar a interlocução institucional da CMADS com a Presidência da COP e os atores relacionados e para a elaboração de eventos, montagem de

Deputada Federal Duda Salabert: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 840 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5840 – E-mail: dep.dudasalabert@camara.leg.br |
Deputado Federal Túlio Gadêlha: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 360 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5360 – E-mail: dep.tuliogadilha@camara.leg.br

estande e participação nos espaços da COP 30, em Belém, sede do evento, incluindo as atividades preparatórias.

Objetivos específicos:

- servir como um canal de troca de informações oficiais entre a Câmara dos Deputados, representante do povo brasileiro, e a Presidência da COP 30.
- contribuir para a ampliação da participação social na construção da COP 30 e para esta participação na Conferência.
- ser uma arena e um ator de fomento à diplomacia parlamentar.
- contribuir na construção do caminho para a COP 31, em articulação com a Presidência da COP 30.

5. Os temas prioritários que devem ser trabalhados da Subcomissão são:

- a. Justiça Climática como meta global de adaptação
 - i. Formulação de um pacto nacional para que nenhuma morte seja aceitável em decorrência de eventos climáticos.
 - ii. Diálogo acerca da preparação do Brasil para décadas de um mundo mais quente, conectando os debates sobre adaptação, resiliência e planejamento intergeracional.
- b. Participação social na COP 30
 - i. Inclusão de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, LGBTQIAPN+, crianças e juventudes da Amazônia no processo preparatório da COP-30 e garantia da representatividade desses grupos nos espaços da Conferência.

Deputada Federal Duda Salabert: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 840 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5840 – E-mail: dep.dudasalabert@camara.leg.br |

Deputado Federal Túlio Gadêlha: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 360 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5360 – E-mail: dep.tuliogadilha@camara.leg.br

- ii. Hospedagem e participação na COP 30 - preocupações com a infraestrutura de hospedagem em Belém e riscos de exclusão social durante a realização da COP 30.
 - iii. Criação de espaços amigáveis para as crianças, para que pais, mães e responsáveis possam levar suas crianças à COP 30, além da realização da COP das Crianças⁴.
 - iv. Garantia da acessibilidade universal nos espaços da COP 30.
- c. A águas como direito, no contexto de mudanças climáticas
- d. Ampliação das possibilidades de adaptação e mitigação das emissões de gases de efeito estufa em políticas, planos, programas e ações climáticas
- i. Transparência no uso de recursos para políticas, programas e ações climáticas.
 - ii. A relevância de se identificar, caracterizar e documentar oficialmente as contribuições dos catadores(as) para a redução das emissões de gases de efeito estufa no país.
- e. Biomas e florestas em pé
- f. Os ecossistemas marinhos e costeiros
- g. Mineração e mudanças climáticas
- i. O risco das barragens e pilhas de rejeitos no contexto das mudanças climáticas.
- h. As mudanças climáticas como variável da produção agrícola e agropecuária do país

4

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2450564&filename=Avulso%20INC%20739/2024.

- i. Os impactos das mudanças climáticas na vida do trabalhador rural e na agricultura familiar.
- i. As cidades entre a emissão de gases de efeito estufa e a urgente necessidade de adaptação
 - i. Mobilidade urbana, transportes e acessibilidade em tempos de mudanças climáticas | A lei nº 12.587 de 2012.
 - ii. Resíduos sólidos | A lei nº 12.305 de 2010.
 - i. Criação de linhas de financiamento para investimento em infraestruturas de local de trabalho sensíveis ao clima, tal como galpões e equipamentos urbanos para trabalhadores(as) urbanos.
 - iii. O papel e as consequências das mudanças climáticas na vida do trabalhador(a) brasileiro(a).
 - i. Estabelecimento de sistemas de alerta precoce acessíveis aos espaços de trabalho de catadores e implementar a documentação e monitoramento dos impactos de eventos extremos sobre os catadores(as)
- j. Educação Climática
 - i. Estratégias para ampliar a compreensão da COP 30 entre a população brasileira.
 - ii. Fomento à educação climática como política pública estruturante.
 - iii. Criação de linhas de recursos para facilitar a educação ambiental climática criando oportunidades de potencializar o papel dos catadores em geral e em particular das mulheres catadoras como agentes ambientais.

- k. Comunicação: a informação como ferramenta de mitigação e adaptação às mudanças climáticas
- l. Transição justa e economia climática, bioeconomia e desenvolvimento regional
 - i. Propostas legislativas para acesso a fundos internacionais e financiamento climático nacional.
 - ii. Discussão sobre políticas públicas e instrumentos econômicos voltados à descarbonização com justiça social.
 - iii. Fomento à economia verde e inclusão produtiva sustentável na Amazônia.
 - iv. Integração entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental com foco em cadeias produtivas e de serviços sustentáveis.
 - v. Fortalecimento de arranjos produtivos locais baseados em conhecimento tradicional e inovação.
 - vi. Diálogo sobre as barreiras à transição energética no Brasil, destacando a permanência de políticas de adição energética.
 - vii. Promoção de debates sobre impactos da permanência do modelo fóssil no contexto de desigualdades sociais e territoriais e os desafios de geração de empregos e reconversão produtiva em regiões dependentes de óleo e gás.
 - viii. Acesso à proteção social (ajuda emergencial em desastres) e aos serviços urbanos sensíveis ao clima.
 - ix. Pesquisa, arrecadação de recursos e produção de hidrogênio verde no Brasil.

- x. Diálogos sobre os impactos climáticos e socioambientais de data centers e da tecnologia de inteligência artificial.
- m. Ampliação da participação formal de parlamentares na UNFCCC, a partir da criação do Grupo Constituinte Parlamentar (*Constituency*⁵).

6. Os Projetos de Lei de prioritários desta Subcomissão

Em diálogo com os parlamentares que compõem a Subcomissão, estabeleceu-se que os Projetos de Lei prioritários, os quais a Subcomissão trabalhará pela sua aprovação, são, não somente:

- a. **Projeto de Lei nº 2028 de 2025** | Institui a Política Nacional de Eficiência Energética e Sustentabilidade Socioambiental para Data Centers, estabelece diretrizes, metas e instrumentos para sua implementação, e dá outras providências.
- b. **Projeto de Lei nº 358 de 2025** | Dispõe sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal para a cidade de Belém, no Estado do Pará, durante a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), entre os dias 11 e 21 de novembro de 2025.
- c. **Projeto de Lei nº 4870 de 2024** | Institui a Política Nacional de Visitação a Unidades de Conservação, dispõe sobre a visitação a unidades de conservação e autoriza o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e os órgãos estaduais e municipais executores do Sistema Nacional de Unidades de

⁵Mais informações, em inglês, disponíveis em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/parties-non-party-stakeholders/non-party-stakeholders/overview/admitted-ngos>.

Conservação - SNUC a contratar instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado com objetivo de financiar e apoiar a visitação a unidades de conservação.

- d. **Projeto de Lei nº 2257 de 2024** | Institui a obrigatoriedade de reavaliação periódica das zonas de risco de deslizamento e alagamento pelos municípios e estabelece diretrizes para o planejamento urbano em tais áreas.
- e. **Projeto de Lei nº 2100 de 2024** | Dispõe sobre a remissão total de dívidas de agricultores familiares e cooperativas de agricultores familiares em municípios do Estado do Rio Grande do Sul impactados por calamidade pública.
- f. **Projeto de Lei nº 1883 de 2024** | Institui a Política Nacional de Resiliência Psicossocial em resposta a desastres ambientais, dispondo de orientações sobre a prevenção, promoção e pós-venção em saúde mental. Altera a Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências.
- g. **Projeto de Lei nº 1594 de 2024** | Institui a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos – PNDAC, estabelecendo seus direitos e fornecendo diretrizes para que o Poder Público promova sua proteção.
- h. **Projeto de Lei nº 4980 de 2023** | Institui medidas para prevenir e combater incêndios florestais na Amazônia, e dá outras providências.

- i. **Projeto de Lei nº 6969 de 2013** | Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

7. Tipos de instrumentos a serem utilizados na e pela Subcomissão

TIPO DE INSTRUMENTO	OBJETIVO
Audiências Públicas Temáticas	Realizar diálogos e debates públicos sobre os temas concernentes à Subcomissão, com especialistas, gestores públicos, empresas e outros que também estejam envolvidos no planejamento e construção da COP 30, assim como com representantes da sociedade civil e comunidades tradicionais, com vistas a subsidiar a atuação da Comissão, a elaboração de proposições legislativas e ação climática parlamentar do Congresso Nacional.
Seminários	Dialogar e debater os temas atinentes à Subcomissão, em formato técnico, com vistas a subsidiar a atuação técnica da Subcomissão, promovendo troca de conhecimentos entre especialistas, parlamentares, acadêmicos e representantes da sociedade civil.
Missões e visitas técnicas a Belém ⁶	Conhecer, <i>in loco</i> , as infraestruturas das instalações onde serão a COP 30, promover debates com gestores e técnicos locais, dialogar com a população local sobre os temas da Subcomissão e promover insumos para a atuação legislativa no âmbito do planejamento da COP 30.

⁶ E outros locais que eventualmente se apresentarem necessários.

Intercâmbios e integração com processos em curso	Garantir que os integrantes da Subcomissão possam estar presentes em eventos já em curso/agendados que têm como tema os correlatos aos da Subcomissão e promover intercâmbios técnicos, internos e internacionais, com atores que promovem boas práticas nos temas e objetivos concernentes à Subcomissão.
Reuniões e outros encontros nacionais e internacionais	Realizar reuniões bilaterais e multilaterais com organismos, instituições e pessoas, tal como Itamaraty, MMA, GCF, PNUMA, Embaixadas e outros atores no processo de organização da Conferência para escutar demandas e dialogar sobre soluções sobre os temas e objetivos concernentes à Subcomissão, valendo-se da diplomacia parlamentar como instrumento-chave para tal.
Atividades artísticas e culturais	Potencializar atividades artísticas e culturais sobre os temas e objetivos concernentes aos trabalhos da Subcomissão, valendo-se do papel da arte como parte das respostas que as mudanças climáticas exigem.
Pedidos de informação	Produzir, enviar e dialogar sobre Pedidos de Informação sobre questões concernentes à COP 30 que estejam em consonância com os temas e objetivos da Subcomissão.

Fonte: elaboração própria.

8. Ações propostas a serem realizadas pela Subcomissão por tipo de instrumento

É mister advertir que outras atividades acontecerão, ao longo da execução dos trabalhos da Subcomissão. Cumpre salientar que para o alcance dos objetivos ora

Deputada Federal Duda Salabert: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 840 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5840 – E-mail: dep.dudasalabert@camara.leg.br |

Deputado Federal Túlio Gadêlha: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 360 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5360 – E-mail: dep.tuliogadilha@camara.leg.br

propostos, a reunião se reunirá quinzenalmente ou quando necessário para aprovação dos requerimentos.

Por ora, as ações que estão previstas são:

a. Audiências Públicas Temáticas

- i. Audiência pública com convite para a Presidência da COP 30 estar presente na Subcomissão.
- ii. Audiência pública política nacional de visitação a unidades de conservação com CTUR.

b. Seminários

- i. Seminário sobre a COP 30 para formação de parlamentares e da sociedade brasileira em geral sobre os temas a serem tratados na Conferência.

c. Missões e visitas técnicas a Belém

d. Intercâmbios e processos em curso

- i. Promoção de diálogos com a organização da Cúpula dos Povos.
- ii. Integração à programação da Virada Parlamentar Sustentável.
- iii. Estímulo à realização das “Mini COPs”, nos entes federados.

e. Realização e participação em reuniões bilaterais, multilaterais e outros encontros nacionais e internacionais

- i. Articulação com a Subcomissão Temporária (Senado) para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30.
- ii. Participação na Cúpula do Observatório Parlamentar para Mudanças Climáticas (OPCC).

Deputada Federal Duda Salabert: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 840 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5840 – E-mail: dep.dudasalabert@camara.leg.br |

Deputado Federal Túlio Gadêlha: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 360 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5360 – E-mail: dep.tuliogadilha@camara.leg.br

- iii. Diálogo com MMA sobre os resultados da Conferência Meio Ambiente.
- iv. Diálogo com a população local de Belém e gestores locais e nacionais sobre o valor das hospedagens na região.
- v. Diálogo com organizações que estudam as intersecções entre as consequências das mudanças climáticas e os impactos na vida das pessoas, tal como as pessoas negras, periféricas, entre outros recortes possíveis.

f. Diálogo e apresentação de boas práticas

- i. Diálogo com lideranças indígenas, com ênfase em saberes tradicionais como parte do processo de lidarmos com as mudanças climáticas em nossas vidas.
- ii. Convite a gestores de Municípios e Estados para enviarem boas práticas para conhecimento da Subcomissão⁷ e da sociedade.
- iii. Diálogo com Universidades e Faculdades sobre boas iniciativas ligadas aos temas e objetivos da Subcomissão.
- iv. Realização de “Caravanas Climáticas”, para dialogar com a sociedade brasileira sobre os temas e colher sugestões para atuação da Subcomissão e para a COP 30.

g. Atividades artísticas e culturais

h. Pedidos de informação

⁷ O formato da contribuição dos municípios será definido posteriormente. As práticas recebidas, após análise técnica, poderão compor o relatório final da Subcomissão.

9. Referências bibliográficas usadas para a elaboração deste Plano de Trabalho

BAER, P., 2006, Adaptation: Who Pays Whom? in Adger, W., Paavola J., Huq, S., and Mace, M., 2006, Fairness in Adaptation to Climate Change. Cambridge

BOND, P., 2011, Politics of Climate Justice: Paralysis Above, Movement Below.

BULLARD, Robert. Environmental justice in the 21st century. Debating the earth, p. 3222-3356, 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 de abril de 2025.

IPCC. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press. 2021

IPCC, 2022. Impacts, Adaptation and Vulnerability: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em 28 de abril de 2025.

MARENGO, José A. Caracterização do clima no Século XX e Cenários Climáticos no Brasil e na América do Sul para o Século XXI derivados dos Modelos Globais de Clima do IPCC. Relatório, Ministério do Meio Ambiente (SBF-MMA), 2007.

ROUTLEDGE HANDBOOK OF CLIMATE JUSTICE, Edited by Tahseen Jafry. 2019. Jafry, T., Platje, J., 2016 Editorial Internacional Journal of Climate Change Strategies and Management 8.

Deputada Federal Duda Salabert: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 840 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5840 – E-mail: dep.dudasalabert@camara.leg.br |
Deputado Federal Túlio Gadêlha: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 360 – CEP 70160-900 – Brasília – DF – Telefone: (61) 3215-5360 – E-mail: dep.tuliogadilha@camara.leg.br

UNFCCC. The Paris Agreement. Disponível em: <[The Paris Agreement | UNFCCC](#)>. Acesso em 28 de abril de 2025.

UNTERSTELL, N. 2017. Como se governa a política nacional de mudança do clima no Brasil hoje? Instituto Clima e Sociedade (iCS) e Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://institutotalanoa.org/wp-content/uploads/2022/11/como_se_governa_a_pnmc_no_brasil_hoje.pdf. Acesso em 28 de abril de 2025.

UN WOMEN (2016). Implementation of Gender-Responsive Climate Action in the Context of Sustainable Development. Germany. Available at: https://unfccc.int/files/gender_and_climate_change/application/pdf/egmreport.pdf. Acesso em 28 de abril de 2025.

YAMIN, Farhana; DEPLEDGE, Joanna. The international climate change regime: a guide to rules, institutions and procedures. Cambridge University Press, 2004.